



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Ofício n.º 027/2021 - CM

Ref: Processo Administrativo nº 2102/2021.

Votorantim, 13 de agosto de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos à apreciação e deliberação de Vossa Excelência e Nobres pares, o presente Projeto de Lei nº 015/2021, que *“DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM - AGERV, ALTERA A LEI 2.202, DE 14 DE ABRIL DE 2011, E AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - ARES-PCJ, PARA DELEGAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Votorantim - AGERV, foi instituída pela Lei 2202 de 14 de abril de 2011, como entidade integrante da Administração Pública Municipal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica própria e autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Votorantim, e prazo de duração indeterminado.

A Agência Reguladora de Serviços Delegados do Município de Votorantim - AGERV, foi criada em 2011, com o intuito de atender as exigências da Lei Federal nº 11.445 de 05/01/2007, que “Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico”, especificamente do que dispões o capítulo “V” DA REGULAÇÃO, disposto em seus artigos do 21 ao 28.

Ocorre que a Lei 2.202 de 14 de abril de 2011, que instituiu a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Votorantim - AGERV, estabeleceu em seu art. 2º, §2º, que: *“§2.º Fica o executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com os demais entes federados, visando a delegação ou ao recebimento dos encargos relativos à regulação dos serviços públicos de que trata o caput deste art.”*.

Com o advento da Lei Federal nº 11.445 de 05/01/2007, se fez necessária uma resposta rápida das municipalidades para se enquadrarem às suas exigências.

Após 14 anos de vigência da Lei Federal nº 11.445 de 05/01/2007, novas tecnologias no processo regulatório se desenvolveram, através da criação de agências reguladoras por consórcios ou convênios intermunicipais.

Novas Leis disciplinaram o setor, em específico a Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento.

Criada em 14 de abril de 2011, a AGERV possui deficiências técnicas que dificultam uma atuação mais efetiva como agência reguladora não se consolidando no setor.

Em pesquisa realizada no site da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/agencias-infranacionais>, não é possível localizar a AGERV como Agência Reguladora, evidenciando que após 10 anos de sua criação a mesma não se consolidou como Agência Reguladora perante o órgão técnico federal.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Após a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), competência para regular o setor, as agências reguladoras deverão se adequar-se as normas da (ANA) e sua não adequação, poderá inviabilizar a Agência.

Em decorrência das atuais normas vigentes, se demonstra mais viável ao Poder Executivo Municipal firmar Convênio de Cooperação com uma Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento, já completamente estruturada, regulamentada e que atenda a atual legislação, mantendo-se, portanto, a fiscalização da delegação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, mantendo-se, portanto, os serviços de coleta de resíduos sólidos da forma que está, ou seja, executado pela própria Municipalidade.

Não obstante, após, análise financeira, se observa ser mais viável financeiramente que a regulação dos serviços públicos delegados, sejam feitos por uma entidade reguladora, prestadora de serviço através de Convênio de Cooperação autorizado por Lei.

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ, possui Taxa de Regulação e Fiscalização para execução de suas atividades, num percentual equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) das Receitas Líquidas Correntes da ANUENTE-INTERVENIENTE, valor bem inferior das despesas com a atual *Agência Reguladora de Serviços Delegados do Município de Votorantim - AGERV*, sendo que a economia gerada com a extinção da AGERV e o Convênio com a ARES-PCJ, poderá ser revertido em benefício da população através de melhorias no serviço público e de zeladoria.

A presente Lei também estabelece que todos os bens móveis, imóveis e financeiros que integram o patrimônio da autarquia e por ela administrados serão transferidos ao domínio e titularidade do município, que terá o ônus e benefícios concedidos e da compensação financeira devida.

Com relação aos atuais servidores da autarquia, os servidores cedidos pela administração municipal, serão reconduzidos aos postos de trabalho na Administração Direta, extinguindo-se os cargos criados pelo artigo 35 da Lei 2202, de 14 de abril de 2011, e anexo I.

Por todo o exposto, serve a presente para que os presentes projetos sejam recebidos e devidamente processados, com regime de urgência, tendo em vista a necessidade de adequação e inclusão no Plano Plurianual que deve ser encaminhado à esta Casa de Leis em breve.

Respeitosamente,

FABÍOLA ALVES DA SILVA PEDRICO
PREFEITA MUNICIPAL

Ao
Excelentíssimo Senhor
JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Votorantim-SP.